



# NOSSA VOZ



ORGÃO (IN)FORMATIVO DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DO  
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ

VOL 09 - Nº 46 - JUL/AGO 2025

## EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DE ICAPUÍ (1º SEMESTRE DE 2025): PONTOS DE UM RETRATO POSITIVO?

### 1. Receita Corrente Líquida (RCL)

No período de jan-jul/2025, a RCL apresentou crescimento de 19,09%, passando de R\$ 60.161.720,91 (2024) para R\$ 71.649.447,90 (2025). Isso representa R\$ 11.487.726,99 adicionais, configurando resultado expressivo para o município.

### 2. FUNDEB

O FUNDEB também apresentou evolução significativa, com crescimento de 21,61%, correspondendo a R\$ 3.632.613,16 de acréscimo. Tal incremento poderia ser destinado a suprir deficiências estruturais em escolas e centros de educação infantil, que demandam melhorias urgentes.

### 3. Despesas com Pessoal e Outros Gastos

Apesar do aumento da receita, constata-se elevação acentuada das despesas de pessoal, em práticas já recorrentes na administração municipal:

- 590 prestadores de serviços, superando em 12 o número de efetivos;
- 136 comissionados;
- Casos de desvio de função e pagamentos sem contraprestação efetiva;
- Reforma administrativa com impacto estimado em R\$ 4 milhões/ano, incluindo reajuste de secretários de R\$ 7.596,00 para R\$ 9.000,00 (+19%);
- Aumento de aproximadamente R\$ 1 milhão/ano no transporte universitário, enquanto persistem deficiências no transporte escolar da educação básica.

### 4. ICAPREV

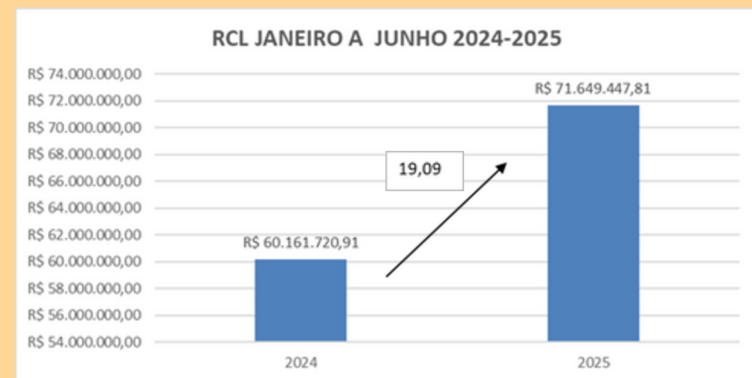
Não se observa avanço em medidas para enfrentar o déficit atuarial do ICAPREV, ponto crítico já reiteradamente apontado como de risco fiscal futuro.

### 5. Conclusão

O município apresenta robusto crescimento de receitas no 1º semestre de 2025, mas esse resultado positivo vem sendo parcialmente comprometido pelo alargamento de gastos com pessoal e medidas administrativas de baixo alinhamento às prioridades essenciais (educação básica, previdência e serviços públicos).

Recomenda-se:

- Redefinição de prioridades orçamentárias, priorizando saúde, educação e previdência;
- Controle rigoroso da folha de pagamento, especialmente em prestadores e cargos comissionados;
- Plano emergencial para o ICAPREV, mitigando o risco de insolvência atuarial.



Fonte: <https://www.sstransparenciamunicipal.net/>

COMPARATIVO FUNDEB			
JAN-JUL 2025	R\$ 20.442.863,18	VALOR +	%
JAN-JUL 2024	R\$ 16.810.250,02	R\$ 3.632.613,16	
		%	21,61

Fonte: SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

Parceiros:



Acesse nossa plataforma de  
formação

<https://sindserpumiead.org>

## FICHA TÉCNICA



### DIRETORIA EXECUTIVA

#### **PRESIDENTE:**

Francisco Celestino Cavalcante

#### **VICE-PRESIDENTE:**

Enock Douglas Roberto da Silva

#### **SECRETÁRIO GERAL:**

Marco Rubenio Braga

#### **2º SECRETÁRIO GERAL:**

Marcos Sérgio Carvalho Rebouças

#### **SECRETÁRIO DE FINANÇAS:**

João Francisco Rodrigues da Silva

#### **2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS:**

Daniel Batista da Costa Silva

#### **SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:**

Clotenir Damasceno Rabelo

#### **2ª SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:**

Francisco Alexandre da Cruz

#### **SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Maria de Lourdes Melo Damasceno

#### **2º SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Elita Miranda de Souza

#### **CONSELHO FISCAL:**

Raimundo Nonato de Farias

Maria de Lourdes da Silva

Maria Bethania Mendes Araújo

Aldalena Fiúza Costa Moura

Najara Valente de Miranda



## AUDIÊNCIA COM O GOVERNO: RETOMADA DE PAUTAS

Neste último dia 15/08 em uma nova audiência, O SINDSERPUMI, através de sua diretoria, esteve reunido com o governo municipal. A pauta foi direcionada para a retomada das discussões sobre temas recorrentes que, após acordos, ainda estavam sem os encaminhamentos devidos, como os Projetos de Lei do ICAPREV, atualização das legislações, e outras pautas que o sindicato insiste que os governos tomem conhecimento e organize a gestão municipal, sobretudo os problemas cristalizados na gestão de pessoal, como desvio de função, aplicação correta do horário corrido, readaptações e licenças, revisão do PCCR das atividades meio, entre outros.

# EDITORIAL

Estamos lançando nesse começo de semestre o boletim do bimestre em curso, com novidades e temas recorrentes, num esforço de não perder “o fio da meada” e na insistência em lutas e pautas que perduram ou ainda estão em seus nascimentos, apesar das mudanças contextuais e da lentidão dos governos municipais.

E por falar em mudanças, falemos em melhorias financeiras, e por falar em dificuldades, falemos de pautas que não avançam, que continuam em “banho maria”! É um pouco do que se mostra na matéria de capa, num retrato atual dos recursos municipais e de seus movimentos no semestre, bem como falando sobre o que fica como tarefa para daqui pra frente. A notinha dessa segunda página, registra também essa passagem numa audiência com o governo.

No seguimento, após as palavras editoriais, um texto curto, mas intenso, revela a ausência de um projeto de município estruturado e perene que fortaleça o desenvolvimento do território sem estar refém dos governos provisórios, para o bem da municipalidade.

Ainda na terceira parte de nosso boletim, dois textos seguem por reflexões paralelas abordando temas atuais em alta como a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e seus impactos locais, e uma chamada de atenção sobre o retorno ao Congresso Nacional da Reforma Administrativa, que cresce em atenção junto aos parlamentares, à sociedade civil e entidades sindicais.

A quarta seção de nosso boletim, por sua vez, apresenta dados atuais dos movimentos da folha de pagamento relativos ao primeiro semestre de 2025 em comparação com o mesmo período do ano anterior, colocando ambos em confronto e análise. De antemão, o texto reflexivo que acompanha os dados deixa claro que estes dados não trazem boas notícias.

Num todo, o boletim em curso trata de atualidades mais gerais e de suas relações com nosso chão e nossos problemas locais. Que chegue bem como leitura e se instale como conhecimento.

A Diretoria

Acesse nosso site de formação -  
<https://www.formacaosindserpumi.com>





## ICAPUÍ: A NECESSIDADE URGENTE DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



Icapuí atravessa um longo período de ausência de planejamento estratégico e de ações públicas articuladas. A falta de um projeto de desenvolvimento coeso compromete não apenas a eficiência da gestão, mas também o bem-estar e o futuro da população.

Nos últimos vinte anos, a cidade tem se limitado a iniciativas pontuais, sem políticas municipais estruturadas em setores essenciais como educação, saúde, segurança, esporte, turismo, cultura, juventude, infância e terceira idade. O município tem se mantido dependente de programas estaduais e federais, sem desenvolver estratégias próprias que considerem suas particularidades geográficas, sociais e econômicas. É um desperdício de potencial, especialmente considerando os recursos significativos que Icapuí tem recebido.

A história demonstra que o município já possuía capacidade de inovação e ousadia. Por meio do Orçamento Participativo, era possível planejar ações de curto, médio e longo prazo, garantindo recursos e revisando metas anualmente para assegurar continuidade e efetividade. Esse modelo não apenas fortalecia a gestão pública, como também promovia a participação cidadã e consolidava Icapuí como referência nacional em políticas públicas.

Hoje, a cidade se encontra longe desse padrão. A ausência de planejamento estratégico próprio e a dependência de políticas externas demonstram falta de prioridade e visão por parte da gestão atual, que deixa de aproveitar oportunidades de desenvolvimento e de atender às reais necessidades da população.

Retomar políticas públicas estruturadas e articuladas é imperativo. Icapuí precisa reconstruir sua capacidade de planejamento, investir em estratégias próprias e assumir um compromisso sério com o progresso sustentável e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. O futuro do município depende da coragem de seus gestores em estabelecer um projeto de desenvolvimento claro, consistente e duradouro.

## ISENÇÃO DO IRRF BENEFICIARÁ SERVIDORES DE ICAPUÍ

O Projeto de Lei nº 1087/25, de iniciativa do governo federal, isenta do Imposto de Renda os salários de até R\$ 5 mil e concede redução parcial para rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 6.980. A medida, que começa a valer em 2026 e deve alcançar 10 milhões de brasileiros, terá forte impacto em Icapuí, especialmente entre professores, enfermeiros, agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE).

A maior parte dos servidores locais se enquadra na faixa de isenção total, mas há também um número expressivo de beneficiados na faixa intermediária. Para compensar a renúncia de R\$ 27 bilhões, o projeto prevê tributação mínima sobre altas rendas, atingindo cerca de 141,4 mil contribuintes com ganhos anuais acima de R\$ 600 mil.

A iniciativa cumpre promessa de campanha do presidente Lula e busca aliviar a carga tributária da baixa e média renda, ao mesmo tempo em que promove maior justiça fiscal.

## REFORMA ADMINISTRATIVA: VOLTAM OS PERIGOS PARA NÓS SERVIDORES

A reforma administrativa é uma proposta de mudança nas regras que organizam o funcionamento da administração pública brasileira. Ela se apresenta tendo como principal objetivo tornar o Estado mais eficiente, transparente e digital. É uma proposta de emenda à Constituição que muda regras para os novos servidores públicos; entre as mudanças está a limitação da estabilidade no emprego para algumas carreiras, um entre tantos riscos para os servidores municipais.

O pacote é dividido em três frentes legislativas, e pretende reorganizar carreiras, alterar formas de contratação e incorporar inovações à estrutura pública. A reforma administrativa tem gerado debates entre parlamentares, especialistas, servidores públicos e organizações da sociedade civil. As opiniões se dividem entre os que veem na proposta uma oportunidade de modernização do serviço público e os que apontam riscos de precarização e manutenção de privilégios.

Do lado dos contra a reforma, críticos da proposta apontam fragilidades na proposta. Entidades sindicais e associações de servidores argumentam que a ampliação das possibilidades de contratação temporária pode precarizar o serviço público e enfraquecer a estabilidade, essencial para garantir autonomia técnica e proteção contra pressões política.

Precisamos nos apropriar desse tema e da proposta que retorna com força à pauta do Congresso Nacional e encaminha mudanças agressivas ao serviço público, fragilizando ou extinguindo lutas históricas dos servidores públicos e, sobretudo, municipais.

### SINDSERPUMI

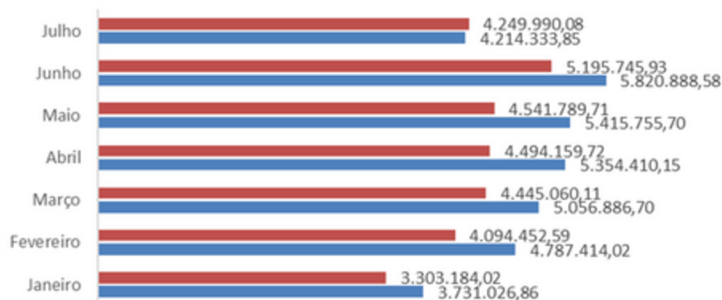
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ  
Rua Engenheiro Francisco de Assis Filho, 545 – Centro –  
CEP: 62.810-000 – Icapuí – CE – CNPJ: 86.941.598/0001-39  
Fone: (88) 3432-1037 – [www.sindicapui.org.br/](http://www.sindicapui.org.br/)  
[sindicapui@yahoo.com.br](mailto:sindicapui@yahoo.com.br) – Fundado em 19 de novembro  
de 1993



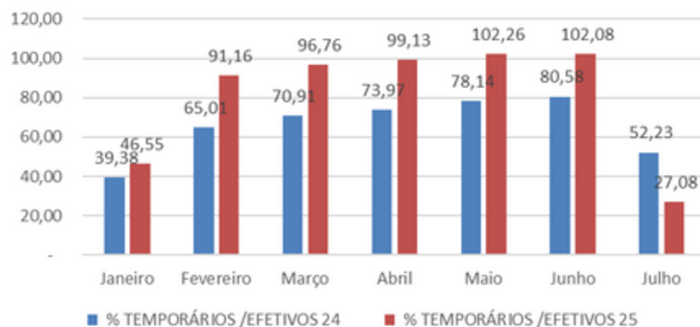
## DADOS DE FOLHA DE PAGAMENTO: COMPARATIVO ENTRE 2024-2025

FOLHAS 2024-2025

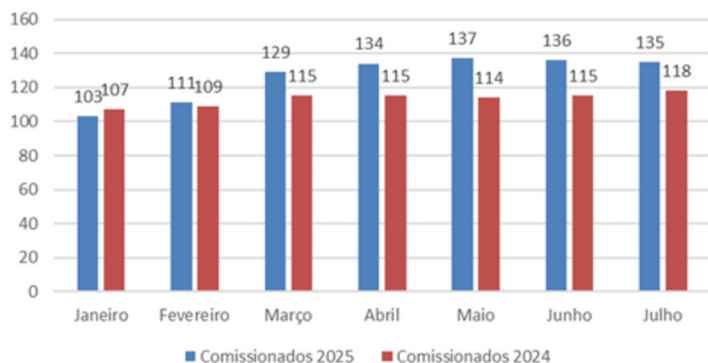
■ 2024 ■ 2025



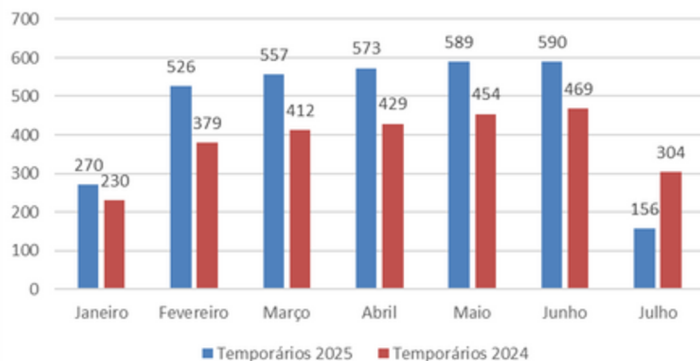
RELAÇÃO PERCENTUAL EFETIVOS X TEMPORÁRIOS



COMISSIONADOS 2024-2025



TEMPORÁRIOS 2024-2025



Fonte: <https://www.sstransparenciamunicipal.net/>

## FOLHA DE PAGAMENTO: NENHUMA MUDANÇA À VISTA

Historicamente, e por diversos governos municipais, a ação do SINDSERPUMI no quesito acompanhamento da folha de pagamento tem sido de mostrar em traços claros os (des)caminhos tomados pelos gestores na gestão de pessoal. Esse texto hora exposto não é mais que um retorno a esse tema espinhoso.

A mudança esperada pela entidade sindical vem sendo desde muito a instalação de uma política de pessoal que de forma séria e contínua organize, acompanhe e capacite seus quadros de servidores, ajustando-o à real necessidade de atendimento à população e às limitações financeiras do município, garantindo a continuidade dos direitos e as vantagens salariais que são fundamentais.

Essa mudança no campo da gestão de pessoal inclui procedimentos já recorrente na fala do sindicato como: 1) correção nos casos de desvios de função; 2) encaminhamento para o trabalho dos servidores que ganham sem trabalhar; 3) cumprimento da carga horária de trabalho em 8 horas; 4) ajuste nos padrões de postos de trabalhos em relação à quantidade de profissionais suficientes; 5) regulamentação dos modelos de cessão, licenças e de readaptação de servidores com regras, limites e punições administrativas; entre outras ações.

O quadro atual demonstrado acima pelos dados trabalha-

lhados pelo SINDSERPUMI, nesse caso num comparativo entre o último ano do governo anterior e o primeiro ano do atual governo, num recorte da evolução do primeiro semestre, revelam sinais de que essas preocupações do sindicato não só continuarão, como correm o risco de se tornarem mais graves. Basta observar a ascensão para mais e com maior custo dos gastos realizados com pessoal nos meses de janeiro a julho deste ano de 2025, se comparado com o anterior. Notadamente, os custos, as quantidades e, como visto no texto de capa desse informativo, os recursos estão bastante elevados.

Os gráficos acima denunciam um crescimento no quadro de pessoal que ao ver da entidade sindical comprometem a boa distribuição dos recursos municipais para as demandas sociais mais amplas da população, engessados que estão pela folha de pagamento, sem falar nos riscos legais frente a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que, mesmo sob subterfúgios da terceirização de algumas categorias (no caso da saúde) não deixam de revelar quão ameaçadoras são essas práticas para os servidores municipais e a garantia de suas conquistas.

De modo conclusivo, esse tema tão caro à luta sindical cotidiana e que transcende governos, não apresentou mudanças. Ainda.